



TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

**PROGRAMA DE APRIMORAMENTO
DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DOS JURISDICIONADOS**

Histórico sobre o início do Programa

- O TCE-MS, dentre as suas atribuições, fiscaliza contratações de obras e serviços de engenharia, entretanto **não havia conhecimento organizado, ou seja uma base de referência de custos praticados no Estado relacionados a Gestão do Resíduos Sólidos.**
- Frente as enormes dificuldades enfrentadas pelos municípios, sobretudo os menores, em se enquadrarem ao que determina a **Lei nº 12.305/2010.**
- O Programa tem início na tentativa de subsidiar soluções viáveis para a Gestão de Resíduos Sólidos **frente ao panorama encontrado.**

COLETA DE DADOS DO SETOR

Tabela 4.1.5.1 – Recursos Aplicados na Coleta de RSU

Regiões	2013	2014		
	Recursos Aplicados Coleta RSU / Equival. por Habitante (R\$ milhões/ano) / (R\$/mês)	População Total	Recursos Aplicados na Coleta RSU (R\$ milhões/ano)	Valor Equivalente por Habitante (R\$ / mês)
Norte	636 / 3,11	17.261.983	681	3,29
Nordeste	1.864 / 2,78	56.186.190	2.019	2,99
Centro-Oeste	544 / 3,02	15.219.608	572	3,13
Sudeste	4.541 / 4,48	85.115.623	4.917	4,81
Sul	1.179 / 3,41	29.016.114	1.231	3,54
BRASIL	8.764 / 3,63	202.799.518	9.420	3,87

Fontes: Pesquisa ABRELPE e IBGE

COLETA DE DADOS DO SETOR

Regiões	Quantidade de municípios pesquisados
Norte	49
Nordeste	123
Centro-Oeste	32
Sudeste	133
Sul	63
TOTAL	400

467 municípios / 6,8%

DADOS DISPONÍVEIS



Ministério do Desenvolvimento Regional

SNIS

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO



PROJETO ACERTAR

Certificação e Manual de Melhores Práticas de Gestão da Informação sobre Saneamento



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 13/12/2018 | Edição: 239 | Seção: 1 | Página: 85
Órgão: Ministério das Cidades/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 719, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui metodologia para auditoria e certificação de informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), relacionada aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

- ❑ Resíduos Sólidos não foram contemplados, inicialmente nesta Portaria.
- ❑ Dados existentes para Resíduos apresentavam pouca representatividade e baixa precisão

Investimentos em Aterros Sanitários no Brasil = FUNASA



Fomento de 15 Aterros Sanitários no MS

Investimentos em média de R\$ 11,5 milhões
(Recursos Federais)



Investimentos em média de R\$ 2,5 milhões
(Recursos Estaduais e Municipais)

Apoio:



Realização:





Coxim

Aquidauana

Batayporã

Glória de Dourados

Jateí

Guia Lopes

Naviraí

Anastácio

Caarapó

Jardim

Costa Rica

Alcinópolis

Taquarussu

Dois Irmãos
do Buriti

Nova Andradina

EM OPERAÇÃO

**VIDA ÚTIL
ESGOTADA**

SEM OPERAR

**TRANSFORMADOS
EM LIXÃO**





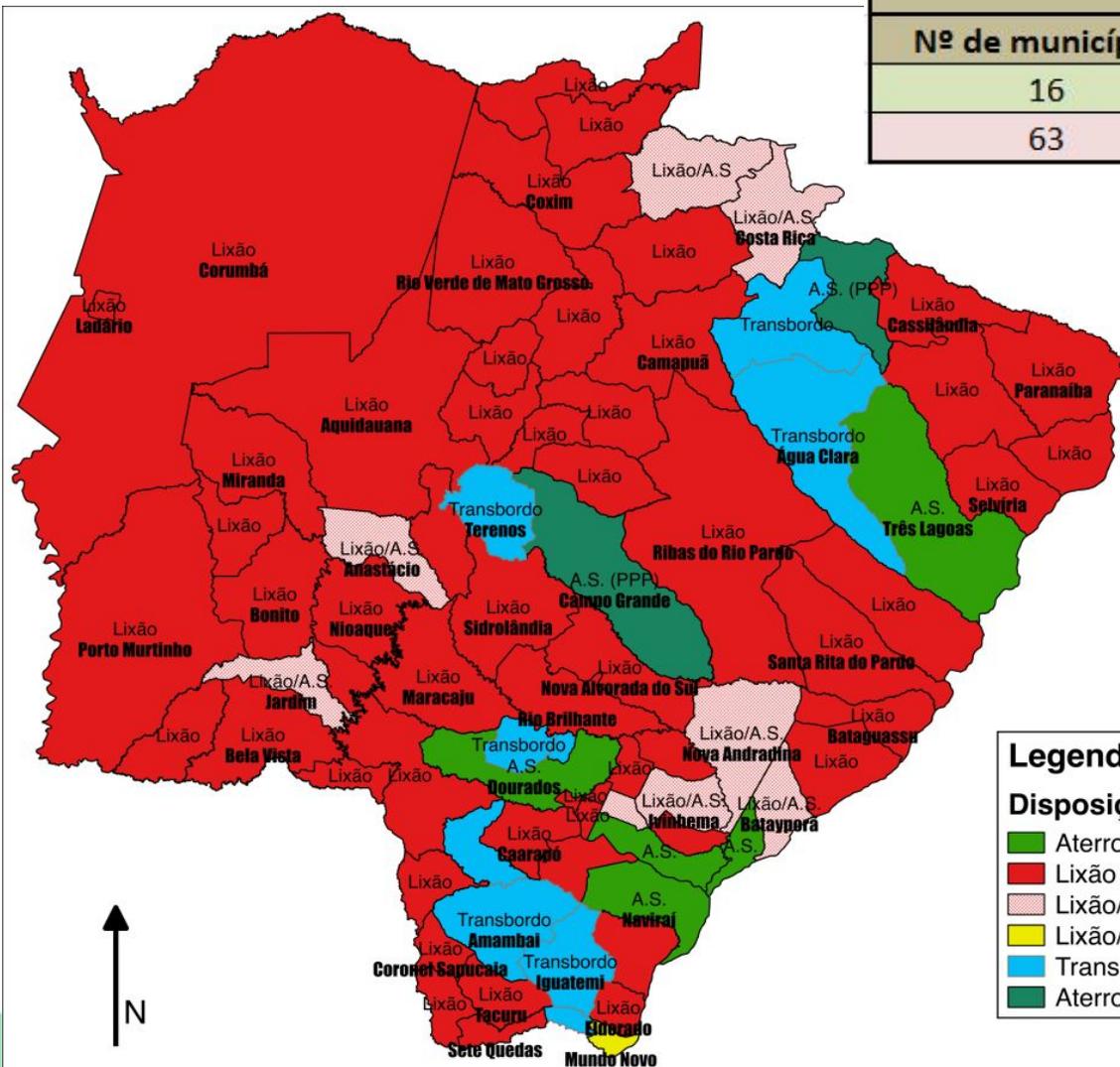
Apoio:



Realização:



PANORAMA MATO GROSSO DO SUL



Início do Programa - 2016

Nº de municípios	% do Estado	Disposição Final
16	20%	Adequada
63	80%	Inadequada

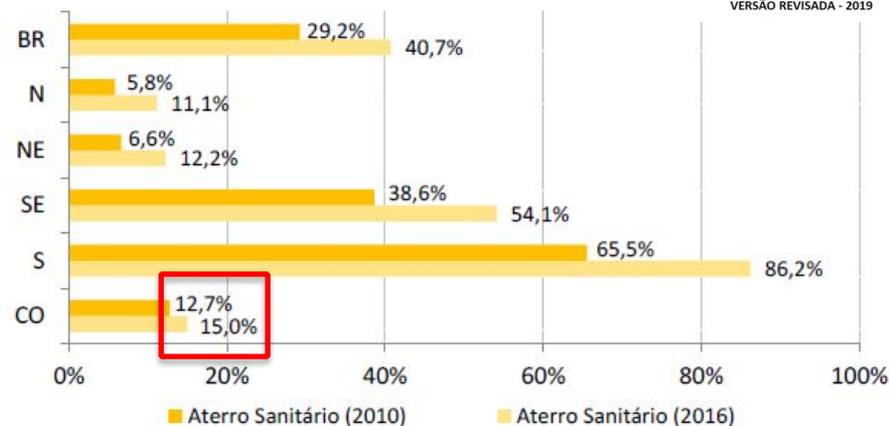
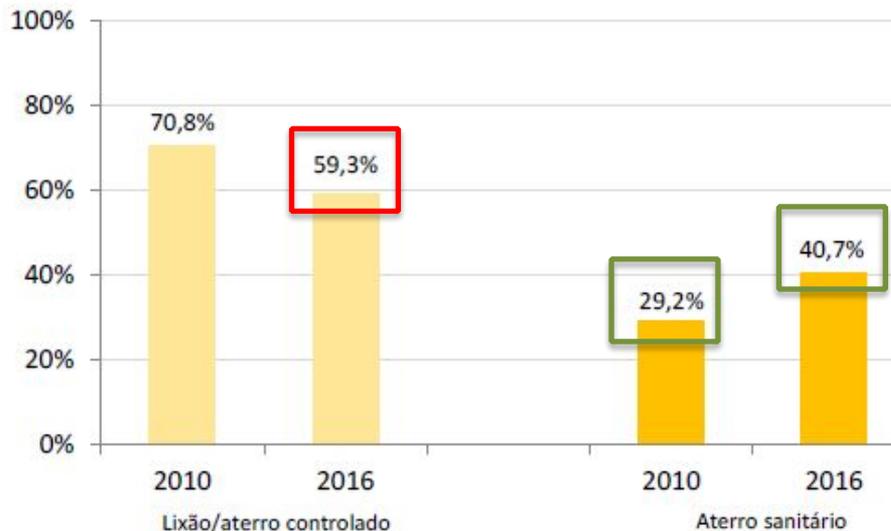
Legenda

Disposição Final de RSD

- Aterro Sanitário
- Lixão
- Lixão/Aterro Sanitário sem operação
- Lixão/Transbordo parcial
- Transbordo
- Aterro Sanitário (PPP)



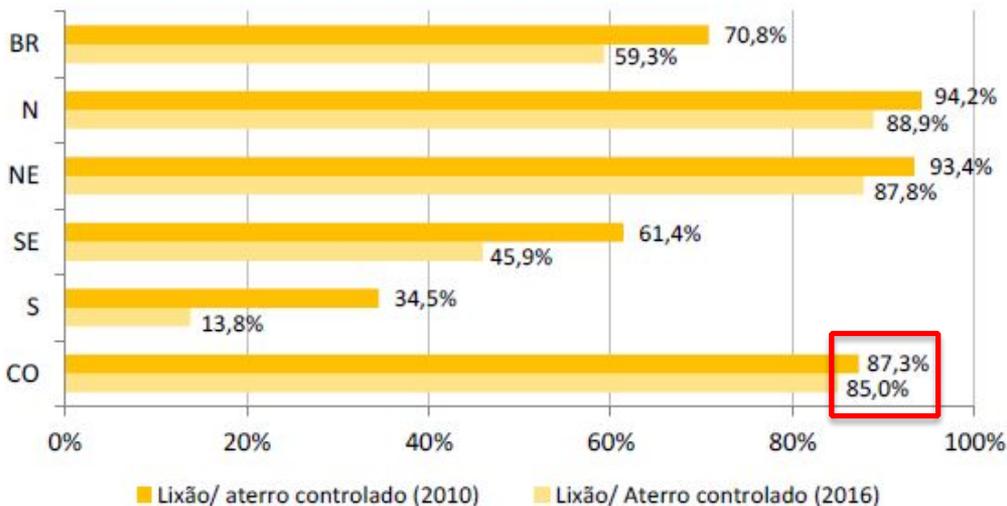
PANORAMA NACIONAL



Avanço Nacional de **11,5%**

Avanço CO de **2,3%**

Investimentos de
3,5 Bilhões de Reais
(2003 a 2017)



ACÓRDÃO Nº 2781/2018 – TCU – Plenário

A Funasa não possui estratégia bem definida de orientação ao Parlamento quanto à alocação de recursos para as emendas destinadas ao saneamento;

A seleção dos municípios para a formalização de convênios com a Funasa se dá a partir da demanda dos entes interessados, sendo que os resultados das ações são monitorados precariamente;

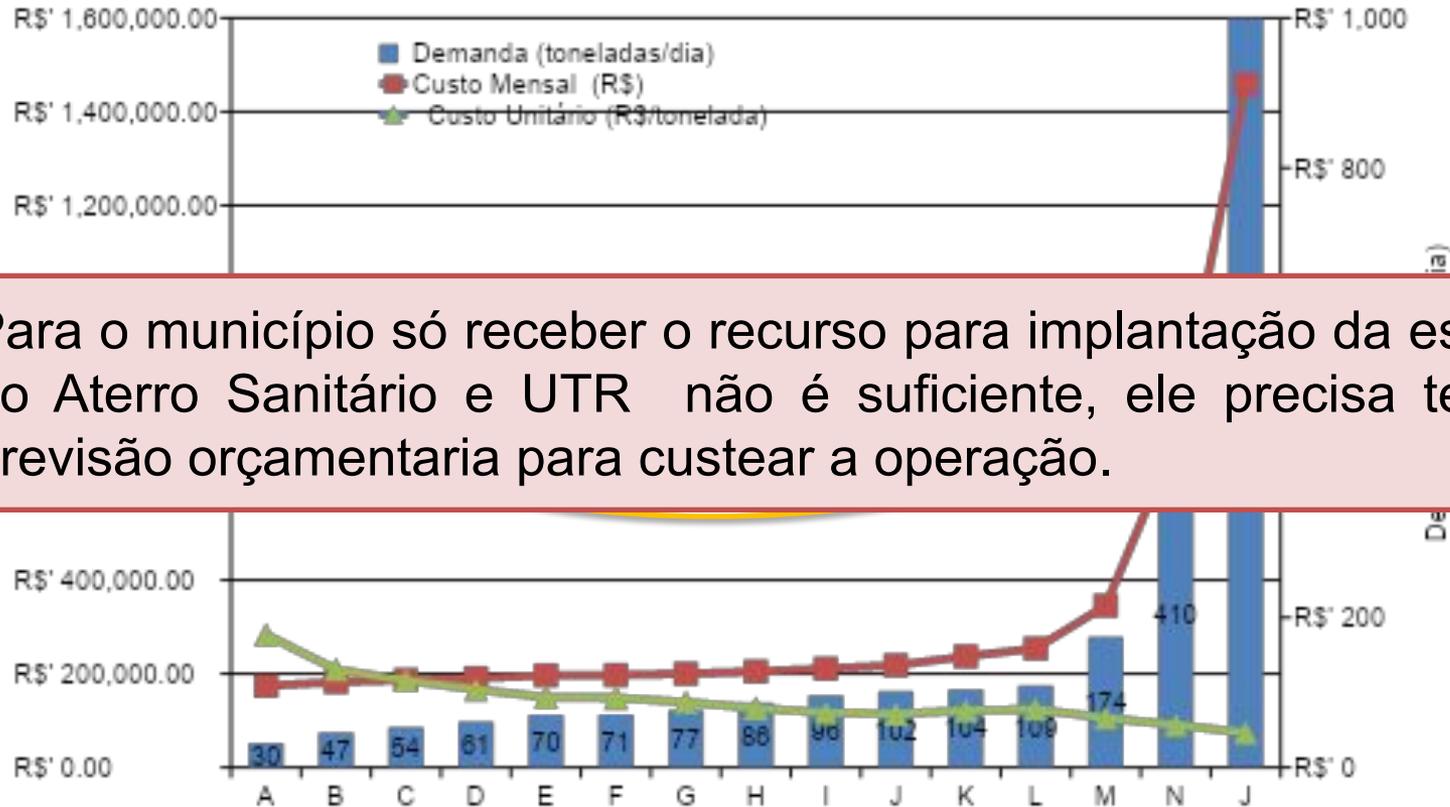
O modelo operacional adotado pela Funasa não tem sustentabilidade econômica

9.2.1. desenvolva indicadores de desempenho aptos a medir o cumprimento das metas do Plansab e da Agenda 2030;

9.2.2. avalie a conveniência e a oportunidade de desenvolver estudos e análises capazes de subsidiar a tomada de decisão dos parlamentares quanto à alocação de suas emendas, de forma a promover de maneira mais eficiente as ações de saneamento e saúde ambiental e a melhorar a qualidade do gasto público

Síntese dos Resultados

Demanda x Custo Mensal x Custo Unitário



Para o município só receber o recurso para implantação da estrutura do Aterro Sanitário e UTR não é suficiente, ele precisa ter uma previsão orçamentaria para custear a operação.

CUSTO DE INSTALAÇÃO	CUSTO DE OPERAÇÃO
32,60%	67,40%
Em um horizonte de 20 anos.	

<http://www.tce.ms.gov.br>



PROJETO RESÍDUOS SÓLIDOS

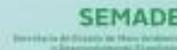


DISPOSIÇÃO LEGAL

Apoio:



Realização:



PASSO A PASSO



- ❑ 1) Modelo regional que seja tecnicamente e economicamente viável;
- ❑ 2) Levantamento da situação jurídica de cada região;
- ❑ 3) Adesão dos Promotores regionais ao Projeto;
- ❑ 4) Reuniões Regionais com Prefeitos e Promotores;
- ❑ 5) Assinatura dos Acordos Regionais;
- ❑ 6) Apoio técnico na questão de busca por recursos (desenvolvimento de modelo de taxa de resíduos sólidos);
- ❑ 7) Trabalho de convencimento com agentes políticos (Vereadores);
- ❑ 8) Apoio técnico com termos de requisitos mínimos para editais;
- ❑ 9) Monitoramento do projeto;

Apoio:



Realização:





Apoio:



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul



Apoio:



GOVERNO
DO ESTADO
São Paulo



Fonte: Prefeituras Municipais

Apoio:



Realização:



ESTAÇÕES DE TRANSBORDO



ESTAÇÕES DE TRANSBORDO



ESTAÇÕES DE TRANSBORDO

Fonte: Prefeituras Municipal de Brasilândia



Aterros Sanitários vs Preços

Tipo de Aterro/2019	Quantidade	Média - R\$/Ton	Desvio Padrão - R\$/ton
Aterros Privados	4	R\$ 134,22	R\$ 16,43
Parceria Público Privada (PPP)	1	R\$ 132,54	R\$ 16,83
Aterros Públicos	9	R\$ 112,05	R\$ 46,83
Média	14	R\$ 126,27	R\$ 26,70

Aterros Públicos	Aterros em Parceria Público Privada
Aterro Público de Naviraí	União Ambiental - Sidrolândia
Aterro Público de Chapadão do Sul	
Aterro Público de Costa Rica	
Aterro Público de Taquarussu	
Aterro Público - CIDECO (Glória de Dourados)	

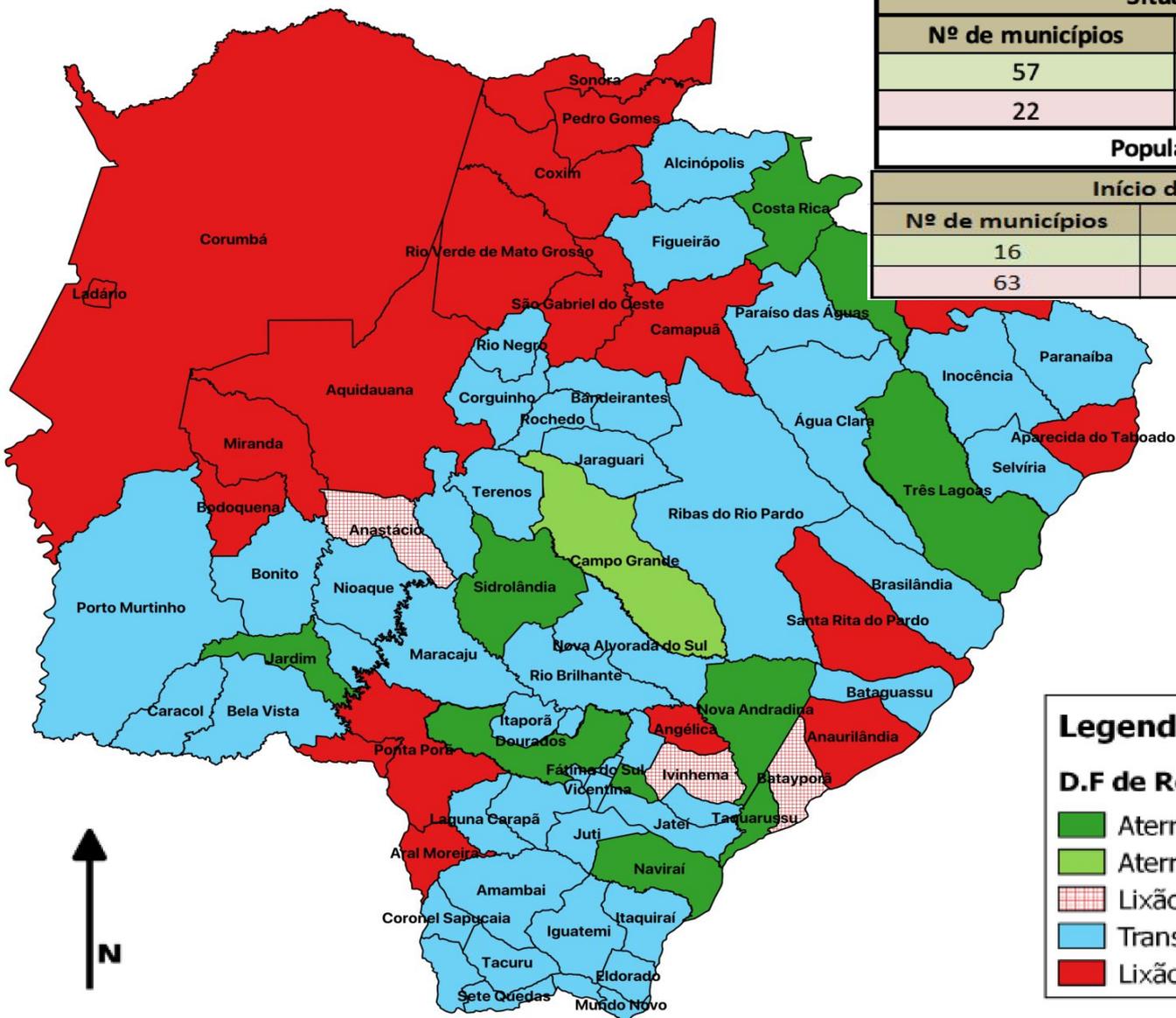
Aterros Privados e as PPP apresentam maior controle dos custos e preveem investimentos e ampliação .

Apresenta maior controle dos custos,

Aterros em Parceria Público Privada

Aterro Dom Antônio Barbosa II - Campo Grande

PANORAMA MATO GROSSO DO SUL



Situação Atual - 2019		
Nº de municípios	% do Estado	Disposição Final
57	72%	Adequada
22	28%	Inadequada
População atendida 79%		
Início do Programa - 2016		
Nº de municípios	% do Estado	Disposição Final
16	20%	Adequada
63	80%	Inadequada

41 municípios

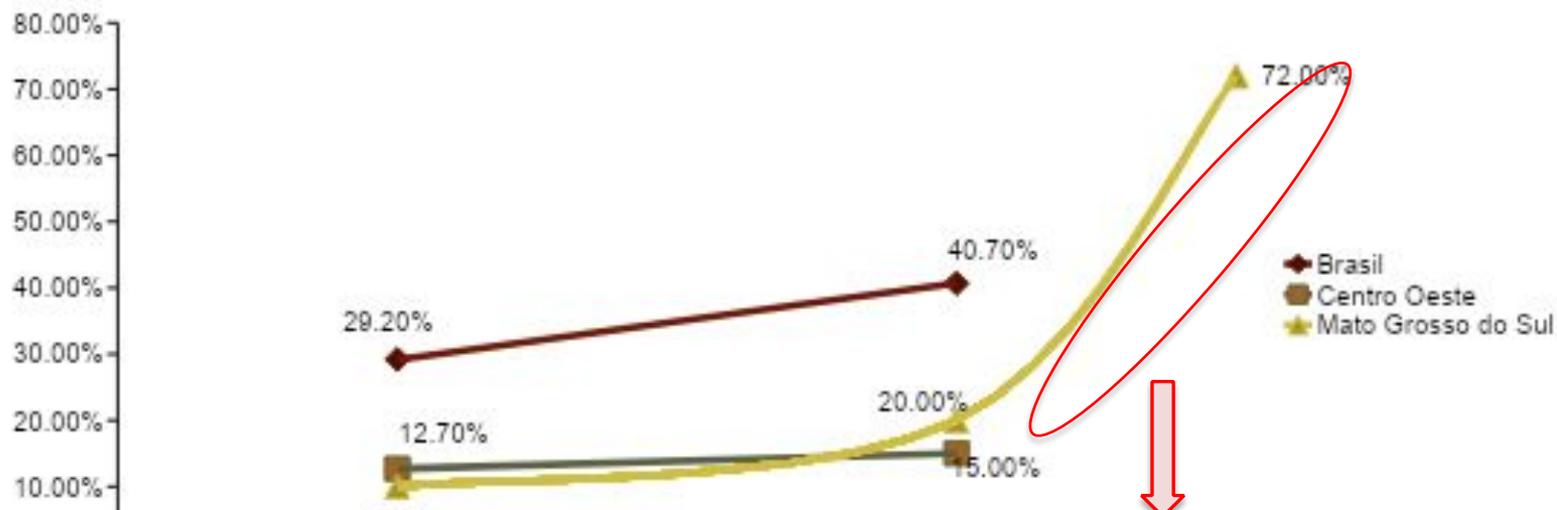
Legenda

D.F de Resíduos Sólidos Domiciliares

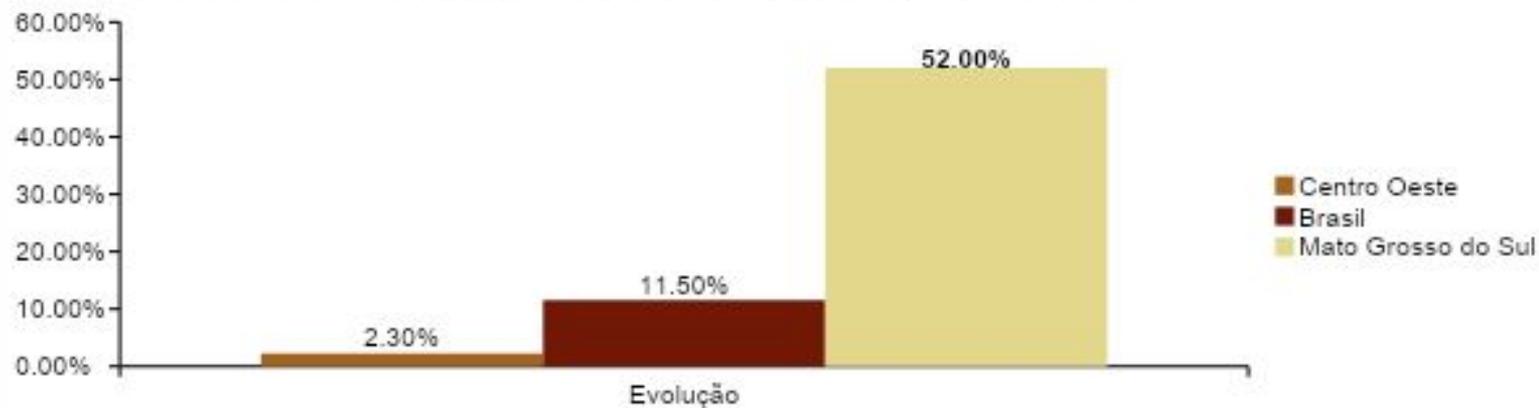
- Aterro Sanitário (Público ou Privado)
- Aterro Sanitário (PPP)
- Lixão/Aterro Sanitário sem operação
- Transbordo e Transporte de RSD
- Lixão

PANORAMA NACIONAL VS CO VS MS

Disposição Final Adequada



Com o início do Programa houve um crescimento considerável na Disposição Ambientalmente adequada dos Resíduos Sólidos.



Novas Etapas

☐ Análise de custos diretos

ATUAL		
Gastos com a Gestão de Resíduos		
Serviços	Valor mensal	Valor Anual
Coleta de RSD		
Coleta de Recicláveis		
Limpeza Urbana		
Coleta do Lixo Hospitalar		
Transporte e Disposição Final		
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte de Receita Específica (ICMS Ecológico)		
Taxa de Lixo		
Custo com RS da RCL	0,00%	
Valor gasto com receita não específica		

☐ Verificação da existência de sustentabilidade econômica financeira

FASE 2 – Projeto Resíduos Sólidos: Logística Reversa



Apoio:



Realização:



MUITO OBRIGADA!!!

Thainá Domingues Nogueira
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
Email: thainanogueira@tce.ms.gov.br
Tel: (67) 3317-1500

“Diante do desafio representado pela gestão dos resíduos sólidos, os órgãos de controle externo devem transcender suas atribuições de fiscalizar gastos, empenhando-se em orientar e auxiliar os Municípios em aspectos cruciais, como disposição ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos, que exige recursos e Conhecimento de que a maioria deles não dispõe.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul se sente honrado com a oportunidade de expor, neste Seminário, os passos que temos avançado, através de articulação institucional com administrações municipais.

Há muito a ser feito, porém, o fechamento dos últimos lixões anima a convicção de que a gestão dos resíduos sólidos em Mato Grosso do Sul se consolida como política pública de alta relevância socioambiental.”

Iran Coelho das Neves

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul